

**Formação de professores para a educação  
básica e as diretrizes curriculares nacionais  
para o curso de Pedagogia**

***Teacher education and the national curriculum guidelines***

***Formación docente para la educación básica  
y las orientaciones curriculares nacionales  
para la Licenciatura en Pedagogía***

Este número da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE) começou a ser preparado durante o ano de 2006, a partir dos primeiros movimentos de análise e implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Como os artigos constantes deste número 2 do volume 23 descrevem e comentam, estas normas foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação ao final do ano de 2005, depois de longa e debatida tramitação, com a expectativa de que representassem a “solução negociada”, como denomina Leda Scheibe. No entanto, logo se insurgiram alguns especialistas em Educação e o Ministro houve por bem solicitar um reexame da matéria. Com intuito conciliador, mas sem abrir mão do corpo substantivo das DCN, vem à luz um novo Parecer no qual os conselheiros pretendem esclarecer e contornar certas inconformidades pontuais. Finalmente, publica-se a Resolução CNE/CP 1/2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia – licenciatura. Enfim, o País dispõe de uma orientação curricular de âmbito nacional para a formação de professores para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível superior. Uma Licenciatura em Pedagogia, ainda que tarde!

Foi durante este processo marcante no cenário das políticas curriculares nacionais que construímos a convicção de que era preciso registrar esta parte da história e contribuir para a renovação qualificadora dos cursos de Pedagogia, providenciando um número especial da RBP AE. Logo encontramos uma parceira conhecedora do tema e dos autores de referência na matéria, muito disposta a colaborar. Trabalhamos juntas na construção de um plano para a obra e logo a professora Magali de Castro assumiu os contatos com possíveis colaboradores e o garimpo de fontes e referências para compor uma Seção Documentos. O resultado deste trabalho, que se iniciou em Belo Horizonte, alastrou-se durante seu estágio pós-doutoral na França e foi sistematizado em reuniões que realizamos com o Presidente e diversos membros de nosso Conselho Editorial, em Lisboa,

durante o último congresso luso-brasileiro de Política e Administração da Educação, aí está.

Trata-se de um número temático, cuja proposta foi amplamente divulgada no boletim ANPAE Notícias, no Portal da ANPAE e por correspondência eletrônica a pesquisadores identificados com a matéria. Seguimos, em 2007, com a metodologia desenhada no ano passado, pela qual se abre o espaço da RBPAAE a trabalhos que difundam conhecimento e estimulem o debate sobre aspectos específicos do campo da Política e Administração da Educação, como é a formação de professores e a formação dos profissionais da educação para a gestão democrática das instituições e dos sistemas de ensino. O resultado foi um número expressivo de artigos submetidos nos últimos meses de 2006 e no 1º semestre de 2007, muitos desses aprovados por consultores especialistas na matéria. No entanto, o espaço de um número da RBPAAE é limitado, o que impôs uma exigente linha de corte nos trabalhos aprovados e a pré-seleção de alguns destes artigos, menos específicos, para próximos números.

Compõe este v.23, n.2, sete artigos, quase todos de autoras muito reconhecidas no campo da Educação e por suas contribuições sobre a temática da formação de professores e o Curso de Pedagogia. Para introduzir as leituras, escolhemos o artigo de Silke Weber sobre a profissionalização da docência no Brasil, situada na luta pela hegemonia de determinados projetos de sociedade. A seguir, a própria Magali de Castro faz uma recuperação da história dos cursos de formação de professores no país, destacando a conflituosa meta de elevar estes estudos ao grau superior; analisa, ainda, a nova proposta pedagógica para o Curso de Pedagogia. Iria Brzezinski localiza historicamente a formulação das políticas educacionais, a atuação dos movimentos sociais instituintes de diversos dispositivos democratizantes e de valorização do magistério, para caracterizar os dois projetos antagônicos que podem explicar as dificuldades de legitimação das DCN do Curso de Pedagogia e de uma formação de professores mais substantiva e exigente. Uma questão é, então, posta às claras com o próprio título do artigo de Acácia Kuenzer e Marli Rodrigues: Curso de Pedagogia ou Normal Superior? Mas este texto enfrenta ainda outra questão, não menos importante, que são as contradições presentes nos textos normativos do CNE e o caráter pragmático e utilitarista da formação proposta. As mesmas disputas e os mesmos textos, talvez vistos de um ângulo distinto, são interpretados por Leda Scheibe, que acaba por compreender o processo político mediador enfrentado pela Comissão bicameral de Formação de Professores do CNE como uma solução negociada. Já Lourdes Marcelino e Graziela Maia, cumprindo a mesma agenda analítica, manifestam a sua discordância em relação às modificações inseridas nas DCN para o Curso de Pedagogia, com o Parecer CNE/CP 3/2006. A seção de artigos é concluída com o artigo de Fabiana Sena da Silva, em trabalho derivado de sua dissertação de mestrado, na UFPB, que propicia compreender-se como o Curso de Pedagogia naquela instituição foi sendo transformado.

Para facilitar o acompanhamento dos artigos, na Seção Documentos estão transcritos os dois Pareceres e a Resolução sobre as DCN do Curso de Pedagogia, assim como o pronunciamento das entidades de educadores que acompanharam *pari passu* as dificuldades e mediações efetuadas. Complementarmente, publicam-se três trabalhos de fôlego elaborados pela Editora Associada deste número, Profa. Magali de Castro: uma bibliografia sobre formação dos profissionais da educação e o Curso de Pedagogia, outra bibliografia sobre profissão docente e formação de professores, em língua francesa, e uma lista dos grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq, que indicam como objeto de estudos a formação de professores.

Assim, contextualizando, mostrando as questões em disputa e estimulando a mais estudos, concluímos a apresentação deste v. 23, n.2, que corresponde ao período de maio a agosto de 2007. Registramos o agradecimento da ANPAE e da RBPAE a todas as colegas que nos cederam estes artigos e convidamos o(a)s leitores a continuarmos na pesquisa e na ação formativa em política e gestão da educação. Por último, uma palavra de reconhecimento à dedicação incansável e produtiva de Magali de Castro que organizou todo este conjunto de textos e subsídios, como editora associada neste número da RBPAE.

**Maria Beatriz Luce**

Editora da RBPAE

**Magali de Castro**

Editora associada no v. 23, n.2